

Semana da União Europeia

Sessão sobre Casamentos Prematuros

Síntese

Introdução

A Delegação da União Europeia (EU) em Moçambique, comemorou de 1 a 4 de Dezembro de 2015, a Semana da EU, na qual realizou vários eventos com destaque para eventos de reflexão sobre vários temas de interesse para o desenvolvimento de Moçambique. Um destes eventos de destaque, foi a realização da sessão especial para discutir a situação dos casamentos prematuros em Moçambique, sendo este um dos maiores e mais graves problemas de desenvolvimento humano no país. Este evento foi realizado em parceria com a Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), e contou com cerca de 75 participantes em representação dos Países Membros da UE, Parceiros, Governo, Sociedade Civil, Líderes Religiosos, Raparigas e Rapazes.

Problema

Moçambique é um dos países ao nível global com taxas muito elevadas de casamentos prematuros, afectando cerca de uma em duas raparigas. Dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2011, indicam que 14.3% de raparigas entre 20 e 24 anos casam-se antes dos 15 anos e 48.2% antes dos 18 anos. O casamento prematuro é um dos mais sérios problemas de desenvolvimento humano e socioeconómico em Moçambique, constituindo uma grave violação dos direitos humanos, e requerendo uma acção urgente e concertada dos decisores políticos, da sociedade civil, dos parceiros e da sociedade em geral, para prevenir e eliminar esta prática prejudicial ao desenvolvimento das raparigas em Moçambique.

Objectivo da Sessão

A sessão sobre casamentos prematuros teve como principal objectivo reflectir sobre de que forma a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros, aprovada pelo Governo no dia 2 de Dezembro de 2015, vai contribuir efectivamente para a redução da elevada prevalência dos casamentos prematuros, e de que forma os diferentes actores intervenientes podem fortalecer as suas intervenções.

Metodologia da Sessão

A sessão foi caracterizada por um debate interactivo, em dois painéis, sobre a situação dos casamentos prematuros. O primeiro painel centrou-se na análise da situação tendo em conta o contexto internacional e nacional. Neste painel, participaram como oradores a Directora Executiva Adjunta da Coligação Global da Girls Not Brides (GNB), a Heather Hamilton, a Directora Nacional da Criança no Ministério do Género, Criança e Acção Social, a Sra. Angélica Magaia e o Coordenador do ROSC-CECAP, Sr. Albino Francisco. O segundo painel, discutiu sobre o fenómeno do casamento prematuro tendo em conta as dinâmicas e manifestações do mesmo, com foco na prevenção e mitigação. Neste painel participaram o Presidente do Conselho das Religiões, Sheik Aminudin, a Chefe do Gabinete de Atendimento e Família e Menores da Polícia da República na Cidade de Maputo, Sra. Maria Sopinho, e a Activista dos Direitos da Rapariga na Associação



União Europeia

Coalizão da Juventude, e a Activista e Pesquisadora dos Direitos da Mulher na WLSA, a Sra. Maria José Arthur.

Principais Resultados da Sessão

Os painelistas e participantes providenciaram uma reflexão importante que se resume nos seguintes principais resultados da sessão:

- Compromisso da UE e dos Doadores, que manifestaram interesse em contribuir para uma acção coordenada de todos os actores envolvidos, para assegurar a implementação efectiva da Estratégia Nacional;
- Compromisso e cometimento do Governo sobre a grandeza e complexidade do problema, que deve ser resolvido com a acção colectiva de todos. No entanto, é importante que os Sectores do Governo envolvidos clarifiquem o seu papel na implementação da Estratégia, e que o próprio Governo unifique a sua voz e a sua mensagem no que respeita a implementação da Estratégia;
- Fortalecer o diálogo e a coordenação entre o Governo, Sociedade Civil e Parceiros;
- Estabelecer um mecanismo de coordenação multisectorial ao nível central e local (Província e Distrito), que assegure a implementação efectiva da Estratégia. Este mecanismo de coordenação deverá ser liderado pelo Governo, com participação dos Parceiros e da Sociedade Civil, através da CECAP;
- Identificar e clarificar os papéis de cada actor neste processo, para que as acções previstas na estratégia não sejam implementadas de forma duplicada. Uma abordagem de implementação compreensiva deve ser adoptada com vista a clarificar e responsabilizar cada actor;
- Realizar um mapeamento compreensivo e abrangente a escala nacional, para construir uma base de informação detalhada sobre quem está a trabalhar nesta área, onde, com quem e com que recursos;
- A Sociedade Civil deve trabalhar cada vez mais na perspectiva do alcance de resultados concretos para as raparigas, em alinhamento com o previsto na Estratégia Nacional;
- Assegurar um sistema eficaz de monitoria e avaliação que possa reportar com qualidade, os progressos na implementação da Estratégia a todos os níveis;
- Necessidade de envolver os jovens, raparigas e rapazes, no processo de implementação da Estratégia Nacional. O envolvimento masculino foi destacado como chave neste processo;

Principais Recomendações e Passos Seguintes:

- Elaborar um plano de priorização das acções da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros. Esta priorização não deve estar focada apenas na priorização das acções previstas mas também nos locais geográficos onde essas acções devem estar centradas;
- Divulgar a Estratégia Nacional a todos os níveis, usando os diferentes meios disponíveis para o efeito, envolvendo instituições do Governo, Sociedade Civil, Parceiros, Famílias, Líderes Religiosos e Comunitários, Comunidades, Raparigas, Rapazes e todos os grupos sociais relevantes;
- O Governo em colaboração com os seus parceiros, deve mobilizar os recursos necessários para a implementação da Estratégia. Para o efeito, é importante identificar qual é o défice que a Estratégia tem, atendendo que parte das acções previstas serão implementadas através dos Planos Económicos e Sociais dos sectores do Governo envolvidos.